

Entrevista com Aquino de Bragança -

Dois projectos de descolonização: MFA com os Movimentos de Libertação e Spínola com Champalimaud e outros

AQUINO DE BRAGANÇA já é sobejamente conhecido dos nossos leitores. Embaixador itinerante de Samora Machel, empenhado, desde a primeira hora, na vida e combate dos Movimentos de Libertação, que viu nascer e acompanhou no mato e nas lides jornalísticas, encontra-se, em Portugal, de passagem, tendo recentemente participado nas conversações em Haia chefiadas por Melo Antunes (Portugal) e Marcelino dos Santos (Moçambique), onde esteve, também, Jorge Sampaio, Secretário de Estado da Cooperação Externa. Aquino de Bragança é dos homens que melhor conhece a problemática dos Movimentos de Libertação e melhor conhece a relação 25 de Abril — descolonização.

Com ele conversou Augusto de Carvalho para os leitores do EXPRESSO e da conversa resultou uma incursão pela História que nos parece sobremaneira útil para a compreensão do projecto político português, entendido na sua globalidade e na sua força motora.

A questão das «dívidas»

EXPRESSO — O EXPRESSO publicou a semana passada uma notícia resumida das conversações do ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes, com o vice-presidente da Frelimo, Marcelino dos Santos. Segundo a notícia do EXPRESSO ficou nesse encontro resolvido o célebre problema das «dívidas» (dívidas entre aspas, sublinhe-se), problema esse que fora esclarecido por Melo Antunes em Dar-es-Salam, mas após cuja conferência de imprensa ambiguidades surgiram em vários sectores.

A Televisão Portuguesa no telejornal de sábado passado, noticiou, entretanto, o assunto em termos tais que ficou na consciência de muita gente a pairar a ideia que dívidas haveria de Moçambique para com Portugal. Acontece que o Aquino de Bragança, fechado em rigoroso silêncio, participou na delegação da Frelimo das conversações, há dias realizadas em Haia. Por isso dirijo-lhe a pergunta: como ficou resolvido esse contencioso das «dívidas» e como se pode enquadrar o problema?

AQUINO DE BRAGANÇA — Melo Antunes já havia clarificado o problema na conferência de Imprensa de Dar-es-Salam a que V. se refere. Disse, então, que o problema não se punha em termos de dívidas. Que nem Portugal devia à Frelimo, nem a Frelimo a Portugal. Que era preciso reconceber tudo em termos de uma nova história.

EXPRESSO — Há muita gente em Portugal a pensar que a Frelimo nos deve muito dinheiro, em razão das estruturas da mais diversa ordem que ali ergueu e agora deixa para o serviço do povo moçambicano.

AQUINO DE BRAGANÇA — Vou citar-lhe, a propósito, algumas palavras do presidente da Frelimo, Samora Machel. Disse ele, entre outras coisas: «com o colonialismo não quero compromissos de espécie alguma. Quero um divórcio total. Se fizermos o «deve» e o «haver», somos nós quem tem a haver de Portugal. Não se pode esquecer que tivemos um milhão de refugiados nos campos de concentração e inúmeros massacres nessa guerra de genocídio. E preciso lembrar a exportação de 150 mil homens e a morte de 2500 por ano na

África do Sul. Tudo isso e muito mais é passivo da colonização recente para não falar de tempos antigos. O meu próprio irmão morreu nas minas da África do Sul, nas vésperas de casar, e o governo sul-africano compensou-o com 40 libras que o meu pai nunca recebeu. Recebeu-as o administrador colonial».

Quem matou Mondlane?

EXPRESSO — Já que está a falar de vítimas do colonialismo, vem também a propósito fazer-lhe a pergunta sobre os autores ou autor da morte do primeiro presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane. A pergunta é esta: conhece a Frelimo quem foi o autor?

AQUINO DE BRAGANÇA — Embora não tenha documentos em meu poder, sabemos que o organizador do assassinato de Eduardo Mondlane ao serviço de interesses colonialistas, foi o Eng.º Jorge Jardim, como afirmou em declaração pública perante mais de 10 000 pessoas, Urias Simango. Fê-lo na base que a Frelimo possui em Nachinguea na presença também de vários jornalistas nacionais e estrangeiros. Relatou a forma como se organizou o complot arquitetado por J. Jardim que usou a PIDE para o efeito a qual se serviu de cumplicidades no interior da Frelimo. Assim, segundo os depoimentos que até hoje conseguimos recolher, o assassinato de Eduardo Mondlane teria sido organizado por Jorge Jardim em colaboração com a PIDE e com um certo número de dis-

identes da Frelimo que se haviam passado, como o «velho» Lázaro Kavandame, para o ocupante. Uma bomba metida num livro foi transportada da Beira, via Tete, para Mtwarra (Tanzânia). Aqui se encarregou um padre católico de a enviar para os escritórios da Frelimo em Dar-es-Salam. Foi, então, que Silvério Nungo, então secretário da «Frente», e amigo político de Simango que controlava toda a correspondência, fez chegar o livro a Mondlane, misturado no seu correio habitual. Nungo, afirma, hoje, Simango, sabia perfeitamente que se tratava de uma bomba para assassinar o presidente da Frelimo. Queria porém continuar a citar Samora Machel a propósito das tais dívidas. «Nós não pretendemos exigir o pa-

gamento dessas dívidas, dizia Samora Machel, referindo-se a todas as atrocidades colonialistas, precisamente porque nós não queremos nenhuma espécie de compromisso com o colonialismo». Por outro lado, esta sempre foi também a opinião de Melo Antunes, o arquitecto da descolonização do lado português, agindo em nome do MFA. Verdade seja, porém, que certo número de equívocos surgiram pelo facto de, por vezes, se haver privilegiado nas negociações o técnico e o económico sobre o político.

Dizia-me, por exemplo, o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, que seria uma vergonha para Portugal falar de dívidas a pagar pelo povo de Moçambique. Que o colonialismo é um processo histórico que organizou a pilhagem do povo africano. E Melo Antunes: «É necessário fechar definitivamente as portas ao colonialismo para a estruturação de um novo tipo de relações que preservem as conquistas dos nossos dois povos».

Para Samora Machel, que é como quem diz para a Frelimo, admitir a existência de dívidas será partir do princípio que o colonialismo tem um lado bom. Ora o colonialismo é um todo e um todo intrinsecamente mau. Como se pode dever então algo ao colonialismo? O povo moçambicano só foi prejudicado com a sua existência que aliás nem sequer beneficiou o povo português. Quem beneficiou, diz Marcelino dos Santos, foi a burguesia portuguesa e os seus homólogos estrangeiros. Portanto, se alguém deve ao povo português são esses e é a esses que o povo português deve pedir centas. O modo de se fazer pagar não pertence, porém, à Frelimo indicá-lo.

O caso

Cabora Bassa

EXPRESSO — E o caso de Cabora Bassa?

AQUINO DE BRAGANÇA — Cabora Bassa podia ter sido um grande empecilho. Foi concebida com o espírito de integrar Moçambique na metrópole sul-africana. Mas, como disse o primeiro-ministro Chissano, a Frelimo nacionalizá-la-á em tempo oportuno para servir o povo moçambicano. Há, no entanto grandes somas de dinheiro ali metidas e a Frelimo não quer criar dificuldades a Portugal. Para isso, encontrou-se uma solução que me parece a ideal. Cabora Bassa ficará sob a di-

recção de uma empresa portuguesa que assumirá as responsabilidades técnicas e financeiras. Negociará a energia e pagará as dívidas resultantes dos compromissos assumidos.

Acrescente-se, também, que a Frelimo sabe que Portugal atravessa dificuldades e é inteiramente solidário com ele, o que vai fazer com que tal sentimento se traduza nos acordos de cooperação. E Portugal com um regime popular ocupará um lugar privilegiado.

Eixo Lisboa

Lourenço Marques

EXPRESSO — Começa a falar-se no capítulo das relações internacionais no eixo Lisboa-Lourenço Marques como veículo de uma determinada política que unirá as duas pátrias por laços íntimos, sem ingerências recíprocas na condução dos negócios internos. Como vê a Frelimo tal tipo de política?

AQUINO DE BRAGANÇA — Embora não esteja credenciado de tal maneira que possa ser um porta-voz oficial da Frelimo neste ponto específico que acaba de aflorar, posso, no entanto, dizer-lhe que, partindo do princípio que as relações entre os dois povos se devem desenvolver num quadro de não dependência, elas serão privilegiadas, conforme, aliás, já Melo Antunes se exprimiou na televisão. A Frelimo que está profundamente afectada pela guerra que acabou de travar que causou danos imensos ao povo moçambicano, sabe também que tal guerra causou danos imensos ao povo português com o qual é inteiramente solidária na luta que agora também desenvolve pela sua libertação conduzida pelo MFA. A Frelimo alia-se ao povo português, sempre no quadro da não ingerência, para que este possa resolver as suas dificuldades que lhe foram trazidas pelos anos de fascismo.

EXPRESSO — Muitas e variadas foram as forças que, em Portugal, lutaram contra o colonialismo. A qual delas atribui a maior importância?

AQUINO DE BRAGANÇA — Samora Machel dizia em 14 de Agosto último que o MFA compreendeu melhor e mais depressa que qualquer outra formação da esquerda portuguesa que o contencioso colonial era mais político que técnico e jurídico. O que aconteceu, porém, é que enquanto as delegações da Frelimo às negociações fo-

ram sempre homogêneas, as delegações portuguesas nem sempre.

EXPRESSO — Esse ponto da homogeneidade das delegações leva-nos a aflorar um outro problema que se prende directamente com a evolução do processo político português a partir do 25 de Abril. Evidentemente que a composição das delegações portuguesas mais não era que o reflexo do que se passava em Lisboa, a nível político. Não queremos, porém, fazer incidir a pergunta sobre este sector específico. No entanto, gostaríamos de lhe perguntar se foi visível da parte da Frelimo a existência em Portugal de mais que uma linha de abordagem do problema da descolonização.

AQUINO DE BRAGANÇA — Respondo à pergunta, descrevendo algo do que se passou e que é do meu conhecimento: pode dizer-se que a história da verdadeira descoloniza-

ção, a nova história, encontra o seu marco fundamental e decisivo na reunião secreta havida em Dar-es-Salam entre Melo Antunes e Almeida Costa e a delegação da Frelimo, presidida por Samora Machel. Almeida Costa substituiu, à última hora, o então capitão Costa Martins que não pôde partir por haver sido, entretanto, nomeado ministro do Trabalho. Melo Antunes parte, mandatado pela coordenadora do MFA e encontra a chave da descolonização: que afinal é o ovo de Colombo: dar primazia ao político sobre o técnico, militar, financeiro ou jurídico.

Que se discute neste encontro? Era preciso pôr uma pedra sobre o colonialismo e começar uma nova vida, novas relações entre os dois países sem laços neo-coloniais. Assentava-se em que o MFA e a Frelimo eram os autênticos e legítimos representantes dos dois povos. O encontro foi entre 30 de Julho e 2 de Agosto do ano passado. De Lusaca para Dar-es-Salam

assentava-se o problema do cessar-fogo. Aqui assentou-se que o cessar-fogo estava integrado num acordo global.

EXPRESSO — Esse encontro foi do conhecimento do então Presidente da República, general António de Spínola?

AQUINO DE BRAGANÇA — Não posso responder com precisão.

EXPRESSO — Antes disso já tinham havido encontros secretos?

AQUINO DE BRAGANÇA — Este é o primeiro encontro secreto em nome do MFA. Antes já tinha havido a cimeira de Lusaca com a participação de Mário Soares a chefiar a delegação, como é do conhecimento público. Todos os encontros foram em território africano, pois a Frelimo recusou-se sempre a sair fora do continente. Entendia que se a guerra havia começado em África, era em África que devia encontrar o seu termo.

Interessava à Frelimo esgotar todas as possibilidades de acabar com a guerra. Eu próprio vim a Lisboa com seu enviado especial, para saber onde residiam em Lisboa os centros de decisão. Para nós as coisas não eram claras e era necessário negociar com os detentores do poder real. Cheguei ao siceberg e tive várias reuniões, entre elas, uma muito longa com a Coordenadora, estando também presente Otelo Saraiva de Carvalho.

EXPRESSO — Esteve também em Portugal Mark Chona, ministro itinerante e conselheiro presidencial de Kaunda, o Kissinger zambiano em viagem ultra-clandestina. Encontrou-se com Spínola e desse encontro, nada de positivo resultou, porque segundo consta Mark Chona partiu convencido que era mais fácil de abordar Caetano que Spínola. Que este era símo e não revelava o seu processo com clareza. Caetano não tinha neste aspecto ideias muito diferentes das de Spínola

segundo Mark Chona, confidenciou, então a amigos. E de salientar que o conselheiro de Kaunda se havia encontrado com Marcelo Caetano quando Jorge Jardim pretendia impingir o seu peixe à Frelimo, que esta nunca tomou a sério, embora fechasse os olhos aos contactos para ver até onde a Caetano e Jardim.

AQUINO DE BRAGANÇA — Não me custa a acreditar no que acaba de dizer pois, também, Mark Chona me disse, nessa altura, que era mais fácil falar com Caetano que com Spínola.

EXPRESSO — Já que falámos no dr. Mário Soares parece-me útil para um esclarecimento completo do problema abordar as relações do partido socialista e da personalidade do seu líder no contexto da descolonização de Moçambique.

AQUINO DE BRAGANÇA — Nós conhecíamos o dr. Mário Soares antes do 25 de Abril e já tínhamos relações com o partido socialista. Considerávamos o PS como um dos nossos aliados naturais na luta contra o fascismo e o colonialismo. Havia contactos com Soares

antes do dia 25. Houve contactos fraternais com Soares em Lusaca: O primeiro encontro com Soares, que dirigia a delegação portuguesa, foi muito feliz. E de salientar aqui também o contributo de Kaunda. Foi retomado, então, o diálogo que se tinha interrompido entre Portugal e Moçambique, diálogo que a Frelimo tinha tentado retomar pela força das armas.

A delegação da Frelimo presente logo, entretanto, as dificuldades em que se encontrava o ministro português dos Negócios Estrangeiros, cujas convicções anticolonialistas nós bem conhecíamos, Mário Soares, porém, é ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo dirigido por um homem (Palma Carlos) que havia dito durante uma célebre reunião do gabinete de ministros que «tínham de passar por cima do seu cadáver se queriam praticar uma política de abandono do Ultramar». Além disso, ou seja, das convicções políticas do chefe do governo, sabia, também a Frelimo que o verdadeiro negociador em Lisboa era António de Spínola. Melhor dizendo: o verdadeiro negociador

estava em Lisboa. Os negociadores de Lusaca apenas levavam um mandato que era o negociar do cessar-fogo. Porque este mandato limitado ao cessar-fogo? E que Spínola tinha um projecto e o MFA tinha outro, aliás eram, segundo nós pensávamos, as únicas entidades que tinham projectos pöcoloniais embora todo o mundo fosse contra a colonização. O projecto de Spínola era da reconstrução de uma comunidade luso-africana e o MFA pretendia liquidar o Império, reconhecendo como legítimos representantes desses povos os homens que tinham afirmado e formado a sua personalidade política na luta contra o ocupante.

As relações com Mário Soares foram excelentes, fora da mesa das negociações. A mesa foi sempre considerado como o ministro dos Negócios Estrangeiros de Spínola que nós sabíamos que tinha um projecto neo-colonial, projecto esse que nós conhecíamos e que não era diferente do projecto Caetano-Jardim. Fora das negociações sempre Samora Machel tratou Soares como o camarada Mário Soares.

A presença de Otelo

EXPRESSO — Mas nessa reunião de Lusaca não esteve presente o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho?

AQUINO DE BRAGANÇA — O meu amigo Otelo disse-me que havia sido apanhado para ir a Lusaca com umas horas de antecedência.

EXPRESSO — Apanhado por quem?

AQUINO DE BRAGANÇA — Pelo Spínola que o enviou a Lusaca. «Para vigiar o Soares». Foi Otelo quem me disse, o qual me acrescentou não ter jeito para fazer de polícia.

Francamente nem o Otelo estava preparado nem levava mandato para negociar. Apenas para vigiar.

EXPRESSO — Mas Otelo Saraiva de Carvalho esteve presente em todas as negociações?

AQUINO DE BRAGANÇA — Esteve e teve um papel importante talvez nas conversações paralelas. Otelo reconheceu que o seu papel não podia ser de técnico nas discussões. Teve extraordinária importância o facto de Otelo ter esclarecido que o livro de Spínola não era o vade-mecum ou o manifesto dos militares. Teve, entretanto, conversações amistosas com os delegados da Frelimo e com Samora Machel, quer sobre a descolonização, quer sobre o significado mais geral do 25 de Abril. Recordo-me, perfeitamente, que numa dessas conversações, Machel lhe sublinhou: «mas tu és o político».

Otelo encontra-se comigo, Aquino, que não participei nas conversações (era uma espécie de embaixador itinerante do presidente da Frelimo) e disse-me há dias uma frase extraordinária: «Era preciso desmistificar a general Spínola, que até havia de empenhado um papel útil. Deitamos abaixo o regime, mas agora falta-nos descolonizar a mentalidade de uma parte dos novos detentores do poder». Otelo regressa a Portugal e participa numa série de reuniões no comité da Coordenadora (Coordenadora) e torna-se-lhe a ele e não só evidente a necessidade de conduzir negociações secretas, independentes de Spínola e do governo, com a Frelimo, o que era objectivo da própria Frelimo.

Caetano, Spínola e Champalimaud

EXPRESSO — No entanto o programa inicial do Movimento das Forças Armadas não é suficientemente claro em matéria de descolonização, o que até permitiu mais tarde ao ainda general Spínola fazer interpretações restritivas do seu conteúdo. E fê-las dada a ambiguidade do texto, que no seu n.º 8 diz textualmente: «A política ultramarina do governo provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- a) reconhecimento que a solução das guerras no ultramar é política e não militar;
 - b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional do problema ultramarino;
 - c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.»
- A forma demasiado vaga do Programa do Movimento das Forças Armadas neste particular, vai manifestar-se, pouco depois, nas negociações com o PAIGC onde se tardou a reconhecer-lo como único representante do povo guineu, bem como a independência daquele território para o qual ainda é aflorada a hipótese do plebiscito.

AQUINO DE BRAGANÇA — Como sabe, o programa tem uma história que importa que os seus autores venham contar em pormenor, para que se veja que as duas linhas para a descolonização já existiam antes de ela haver sido encetada.

EXPRESSO — O programa pensado pelo comité foi redigido nos últimos retoques por Melo Antunes, tendo sido discutido em casa de Victor Alves. E Otelo quem leva o Programa a Spínola e Vasco Gonçalves a Costa Gomes. Ora o texto na sua versão primeira, ao que sabemos, que se espera venha a ser publicada, punha o problema da independência total dos territórios ultramarinos.

AQUINO DE BRAGANÇA — Na realidade, o Programa dos capitães é modificado pelo general Spínola no parágrafo relativo à autodeterminação e independência. Um pormenor sintomático, também, e que é do conhecimento público, é que havia sido decidido entre os «capitães» que o Presidente da República seria o general Costa Gomes. Portanto, quando Otelo chegou a Lusaca, sabia perfeitamente qual era o projecto da descolonização do MFA e qual era o projecto da descolonização de Spínola, bem como a tendência do MFA.

EXPRESSO — Porque aceitaram o compromisso com Spínola?

AQUINO DE BRAGANÇA — Talvez porque se precisava de uma figura carismática, bem conhecida do povo português, que poderia assegurar a estabilidade do novo regime. Portanto, Otelo conhecia tudo isso, quando apareceu em Lusaca e aprendeu a conhecer os homens da Frelimo. Foi ele próprio quem disse: «há tanta gente que pensa que os homens da Frelimo não passam de mainetos (nome dado em Moçambique aos criados de dentro). Eu estou perfeitamente convencido que a Frelimo tem gente à altura de governar o país e é minha obrigação transmitir isto ao MFA em Lisboa. Como moçambicano sinto-me feliz e orgulhoso por ver estes rapazes serem capazes de assumir as responsabilidades de governar o país. Vi no Samora um perfeito timoneiro».

E de frisar que o encontro decisivo, onde ficam resolvidas as questões essenciais, foi o de Dar-es-Salam, em que participou Melo Antunes e Almeida Costa. Aí fica reconhecido que não há negociação da independência. Entretanto a correlação de forças em Portugal era já francamente desfavorável a Spínola, o que faz que a assinatura, dos acordos, em Lusaca, para além de formalidade necessária, punha a chancela sobre Dar-es-Salam e problemas de pormenor que forçosamente ar-

resta consigo uma questão de tanta monta. De pormenor, mas importantes, embora não afectassem o núcleo do problema. Para Samora Machel o direito à independência é inato nos povos e o povo de Moçambique já se tinha autodeterminado no combate, etc. Que o Frelimo tinha uma personalidade política, que era o legítimo representante deste povo, reconhecida como tal pela ONU e OUA. O problema que se punha era o das modalidades da transferência do poder. Samora exige que o governo seja dirigido pela Frelimo e, neste particular, Melo Antunes, perfeitamente consciente dos projectos megalómanos de Spínola, hesita. Hesita não porque não

esteja convencido, mas porque era necessário tratar com Spínola, o qual estava no poder. Soubemos que Melo Antunes chega a ser ofendido pelo então presidente da República.

EXPRESSO — Parece poderemos concluir dessas palavras que os homens que enfrentam, cara a cara, o general Spínola, com ele combatem e nele vêm o inimigo número um não são os partidos políticos, mas o MFA e que a guerra colonial que havia de ser o primeiro motor no derrube do regime vai contribuir, depois, enquanto guerra diplomática tendente a descolonização para purificar o mesmo regime, levando o general Spínola à queda, precedida da derrota de Palma Carlos e seus apauçados e sustentores.

AQUINO DE BRAGANÇA — Também creio. Aqui surge do novo a personalidade de Melo Antunes, enquanto mandatado pelo MFA. Para Spínola era o inimigo número um e, por conseguinte, o inimigo a bater. Já como redactor do Programa já agora à testa da descolonização, enquanto via nele um dos mais sérios entraves à realização dos seus sonhos neo-coloniais.

EXPRESSO — Fala-se muito de uma certa união entre Spínola e Caetano antes do 25 de Abril, uniao essa que meteria em jogo, como não podia deixar de ser, as colónias portuguesas. O entendimento entre os dois levava-os a pensarem o golpe de estado na Guiné-Bissau e dali lançarem um ultimato no Presidente da República, Américo Tomás.

AQUINO DE BRAGANÇA — Está era a posição de Spínola e de outros oficiais que chegam a contactar com Otelo que «os manda passear». Isto acontece, se não erro, depois das Caldas, quando Otelo e companheiros preparavam o já 25 de Abril. Spínola e Caetano queriam reformar o sistema, enquanto o projecto dos jovens capitães, o queria destruir pura e simplesmente.

Resta investigar, neste particular, a influência de um homem de quem pouco se tem falado e que pode estar no centro do projecto de Spínola. Esse homem chama-se António Champallimaud que, mais tarde, pôde tentar influenciar os acontecimentos em Angola e Moçambique, servindo-se de pessoas que actuam directamente nos respectivos meios. O inquérito que fez a Frelimo em Moçambique levou-nos a concluir que todos os acontecimentos contra-revolucionários ali desencadeados, como seja o aliciamento de Simango, a tomada da rádio, em 7 de Setembro, estão ligados a homens rigorosamente mandatários de Champallimaud. A Frelimo reserva-se revelar, muito em breve, este contencioso.

Guengwere e Joana Simeão, por exemplo, estiveram escondidos no luxuoso apartamento do último andar do prédio Horizonte (pertence a António Champallimaud) em Lourenço Marques, após a derrota da tentativa contra-revolucionária. Conhecem-se hoje os contactos precisos: as conversações na África do Sul e na Rodésia, etc., que, a seu tempo serão reveladas à constituição da Convergência Democrática, em Moçambique, foi também um projecto de longa data de António Champallimaud.

EXPRESSO — A história há-de encarregar-se de fazer luz sobre esses pormenores e outros mais. Sabe-se, por exemplo, que alguns dos homens que actuam na Espanha, em Paris e em Londres, ligados ou não ao ELP, mas seguramente conluídos em organizações contra-revolucionárias que vi-

sam pôr fim ao projecto político do MFA, são das relações de António Champallimaud. Aliás o povo português espera que essas investigações sejam feitas para que possa fazer o necessário julgamento. Há mesmo quem pense que António de Spínola era o braço armado de António Champallimaud. Nos tempos que precederam o 25 de Abril as relações entre os dois tinham-se tornado íntimas, isto mesmo sem ser necessário recordar que António de Spínola havia sido empregado de António Champallimaud, na Siderurgia. Quanto a Spínola está tudo dito quando afirma peremptoriamente «nós não arrancámos para transformar militares em políticos». Para ele os militares não eram políticos. Para Vasco Gonçalves, Melo Antunes e toda a Coordenadora os militares eram políticos.

Mudando de assunto! — Quando o contencioso colonial se começou a tornar mais difícil não houve uma tentativa via Mário Soares para o transferir para a ONU?

AQUINO DE BRAGANÇA — Sim, Parece ter havido uma tentativa de Portugal nesse sentido, e a resposta de Samora Machel foi a seguinte: «Porque é que Portugal quer recorrer às Nações Unidas? Para apoiar que política? Será que Portugal quer trazer a ONU para baptizar um novo tipo de colonialismo? A Frelimo

exige os seus direitos mais elementares. O que nós queremos para Moçambique é uma nova ordem sem exploração do homem pelo homem».

Todas estas dificuldades que temos vindo a enumerar e resultaram do facto de no dia

25 ter havido uma revolução e uma contra-revolução que aparecem simultaneamente. Há uma contra-revolução na revolução. A vitória do Spínola e a vitória do Otelo. Aparecem dois projectos diferentes: como acabar a guerra colonial?

Não há prisões

EXPRESSO — Diferentes para lá e para cá?

AQUINO DE BRAGANÇA — Isso mesmo. Para lá e para cá, o que custa a compreender a muita gente. Na realidade, o projecto político de António de Spínola era completamente diferente do projecto dos jovens capitães. Para os jovens capitães era necessário abater o regime e estabelecer imediatamente uma ponte MFA-Povo. Muitos deles pensaram então que as correias de transmissão do Povo com o MFA seriam o PCP e o PS porque esses partidos poderiam fazer a crítica do fascismo no seio das massas populares e mobilizá-los para a Revolução.

EXPRESSO — Entretanto alguns deles, tendo contactado os partidos e querendo evitar um golpe militar estilo putch sofreram, na altura, algumas desilusões pois os partidos revelaram-se com uma concepção catastrófica da História. Há no entanto alguns pormenores sobre a Frelimo que eu gostaria de lhe perguntar. O caso das prisões. Afirma-se que há muitos presos em Moçambique. Qual vai ser o comportamento futuro da Frelimo neste capítulo?

AQUINO DE BRAGANÇA — Samora Machel já disse que não haverá prisões em Moçambique. O problema que se põe é o da recuperação do homem. Aqueles que fizeram crimes serão aproveitados para a educação do próprio povo

moçambicano. Vejamos por exemplo os casos de Simango e Kavandame. Dois tipos diferentes. Simango explica ele próprio em pormenor como a ambição do poder o levou a ele que era um nacionalista da primeira hora, a fazer aliança contra a natureza: primeiro com Kavandame, chefe tribal em dissidência que se queria substituir ao pequeno branco, ao pequeno capitalista. Donilnava nela a ambição de ter mais um tractor. Simango aparece como um radical fazendo o apelo da unidade pela raça, o que não impediu de se aliar aos racistas do FICO e a entender-se com os racistas de Smith e Vorster. Estes homens, como aliás outros, contando as suas próprias histórias ao povo, bem como as histórias das lutas internas que atravessou a Frelimo, prestarão um óptimo serviço na educação das massas. Quem melhor que eles que viveram os acontecimentos, sendo seus protagonistas, poderão testemunhar o avanço da linha revolucionária? A Frelimo lutou com dificuldades internas e houve um tempo em que Samora exigiu que as duas linhas que surgiam dentro da Frelimo fossem debatidas em Comités alargados. É uma prática constante dentro da Frelimo discutir francamente os seus problemas internos.

EXPRESSO — Sem medo dos divisionismos?

AQUINO DE BRAGANÇA — Assim é que eles se evitam, na medida em que ou se ultrapassam ou levam ao afastamento daqueles que não querem seguir a linha correcta.

Quanto aos crimes, por exemplo, nós vamos encontrá-los de toda a espécie. Encontrei, por exemplo, gente que denunciou à FIDE a sua família por uma lata de sardinha de conserva. É o problema da fome aliado à exploração colonial. Há pequenos e grandes criminosos, mas nenhum deles será encerrado nas cadeias.

EXPRESSO — Samora Machel será o Presidente da República?

AQUINO DE BRAGANÇA — Assim o quer o povo. Há uma reivindicação da pessoa de Samora Machel da parte do povo e da parte do Partido. Por mim acho legítimo que um homem que fez a grande marcha para a vitória, à testa de um Exército que ele criou, ocupe o lugar cimeiro. Não obstante tal decisão será confirmada em reunião do Comité Central que deve decidir das grandes linhas políticas do novo regime.

EXPRESSO — E o Primeiro-Ministro?

AQUINO DE BRAGANÇA — Nos círculos da Frelimo pensa-se que na presente situação de consolidação da nação, o Presidente da República será também o Chefe do Governo. Por conseguinte um regime presidencialista.

Note que o Estado que vai aparecer não é novo, pois já havia um contra-Estado nas regiões libertadas, onde sempre se praticou, como continuará a praticar-se, a primazia do Partido sobre o Estado. Será portanto o Partido quem traçará as grandes linhas da política nacional e internacional. O governo será um executor.

Quanto à política exterior da Frelimo ela será rigorosamente não alinhada com o imperialismo. Relativamente à África do Sul, como aliás relativamente a toda a política estrangeira, ela será definida no discurso programático do dia 26. Evidentemente que a Frelimo condena o apartheid e re-

cusa o diálogo com o governo de Vorster, porque o destino da África do Sul cabe ao seu povo traçá-lo. Samora Machel diz que relativamente à África do Sul a Frelimo assumirá todos os seus deveres internacionalistas decorrentes de um país, membro da ONU.

EXPRESSO — E quanto aos 150 mil homens que trabalham nas minas da África do Sul?

AQUINO DE BRAGANÇA — É de bom senso pensar-se que não se poderá acabar de um dia para o outro com esta exportação de mão de obra. A Frelimo não tem uma política suicida. É preciso primeiro criar estruturas para absorver toda esta gente.